



# DE 14 A 18 DEZEMBRO DE 2015 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

## ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

### ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

#### [Projeto de Lei 76/XIII](#)

Altera o Código do Imposto sobre Veículos, isentando de I.S.V. os veículos de 9 lugares destinado ao transporte de cadeira de rodas (alteração ao Código do ISV, aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho)

Autoria: BE

#### [Projeto de Lei 80/XIII](#)

Revoga o Decreto-lei nº 138/2013, de 9 de outubro que "define as formas de articulação do Ministério da Saúde e os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com as instituições particulares de solidariedade social, bem como estabelece o regime de devolução às Misericórdias dos hospitais objeto das medidas previstas nos Decretos-Leis n.ºs 704/74, de 7 de dezembro, e 618/75, de 11 de novembro, atualmente geridos por estabelecimentos ou serviços do SNS"

Autoria: PCP

#### [Projeto de Lei 83/XIII](#)

Assegura a gratuitidade da conta base

Autoria: BE

#### [Projeto de Resolução 52/XIII](#)

Propõe a prorrogação do prazo para a alteração de escalão de contribuição dos trabalhadores a recibo verde

Autoria: BE

### ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

#### [Decreto da Assembleia 1/XIII](#)

Extinção da sobretaxa do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

#### [Decreto da Assembleia 2/XIII](#)

Extinção da contribuição extraordinária de solidariedade

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

[Decreto da Assembleia 3/XIII](#)

Prorrogação de receitas previstas no Orçamento do Estado para 2015

[Decreto da Assembleia 4/XIII](#)

Extinção da redução remuneratória na Administração Pública

 **CRP – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA**

[Resolução da Assembleia da República n.º 141/2015 - Diário da República n.º 246/2015, Série I de 2015-12-17](#)

Assembleia da República

Recomenda a divulgação e o estudo da Constituição da República Portuguesa na escolaridade obrigatória

 **ENERGIA**

[Despacho n.º 14985/2015 - Diário da República n.º 246/2015, Série II de 2015-12-17](#)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral de Energia e Geologia

Metodologia a usar para determinar os valores (Qusable) e do Seasonal Performance Fator (SPF) utilizados na metodologia de cálculo da contribuição da energia renovável obtida a partir de bombas de calor

[Regulamento n.º 850/2015 - Diário da República n.º 246/2015, Série II de 2015-12-17](#)

ENMC - Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E. P. E.

Estabelece os procedimentos de certificação dos intervenientes do Setor Petrolífero Nacional, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º-C do Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 244/2013, de 19 de outubro

[Regulamento n.º 851/2015 - Diário da República n.º 246/2015, Série II de 2015-12-17](#)

ENMC - Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E. P. E.

Estabelece os procedimentos de registo e de prestação de informações à ENMC pelos intervenientes a tal obrigados nos termos do n.º 1 do artigo 13.º-A do Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 244/2013, de 19 de outubro, para a elaboração do cadastro centralizado das instalações petrolíferas existentes no Setor Petrolífero Nacional

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

 **FINANCEIRO**

BANCO DE PORTUGAL

[Boletim Oficial](#)

[Indicadores Coincidentes - dezembro de 2015](#)

[Boletim Económico do BCE - Número 8/2015](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Consulta pública conjunta de ESMA, EBA e EIOPA sobre financiamento do terrorismo e branqueamento de capitais](#)

O Comité Conjunto das Autoridades Europeias de Supervisão (constituído pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) - da qual a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) é membro -, Autoridade Bancária Europeia (EBA) e Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA)), submeteu a consulta pública dois documentos relativos à prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

[Indicadores de síntese dos fundos de investimento imobiliário, FEII e FUNGEPI - Novembro 2015](#)

Em novembro de 2015, o valor sob gestão dos fundos de investimento imobiliário (FII), dos fundos especiais de investimento imobiliário (FEII) e dos fundos de gestão de património imobiliário (FUNGEPI) situou-se em 11.376,9 milhões de euros, menos 95,8 milhões de euros (0,8%) do que em outubro.

 **FISCAL**

[Acórdão n.º 590/2015 - Diário da República n.º 247/2015, Série II de 2015-12-18](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma constante da verba 28, e 28.1 da Tabela Geral do Imposto do Selo, aditada pelo artigo 4.º da Lei n.º 55-A/2012, de 29 de outubro, na medida em que impõe a tributação anual sobre a propriedade de prédios urbanos com afetação habitacional, cujo valor patrimonial tributário seja igual ou superior a EUR1.000.000,00

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-circulado n.º 30179/2015, de 15/12](#) - IVA - Artigo 9º alínea 27) subalínea b) do código do IVA (Avaliações de património para garantia de operações de crédito)

[Setor Social e Solidário - Direitos e deveres fiscais](#)

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

---

## **ORGANIZAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS**

[Resolução da Assembleia da República n.º 142/2015 - Diário da República n.º 246/2015, Série I de 2015-12-17](#)

Assembleia da República

Participação da Assembleia da República em Organizações Parlamentares Internacionais

## **PENAL**

[Diretiva n.º 2/2015 - Diário da República n.º 247/2015, Série II de 2015-12-18](#)

Ministério Público - Procuradoria-Geral da República

Diretivas e instruções genéricas para execução da Lei de Política Criminal para o biénio 2015/2017

DGPJ - [Avaliação nacional de riscos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo](#)

Portugal aprovou em junho de 2015 a sua avaliação nacional de riscos de Branqueamento de Capitais / Financiamento do Terrorismo.

## **SETOR PÚBLICO**

[Resolução da Assembleia da República n.º 140/2015 - Diário da República n.º 243/2015, Série I de 2015-12-14](#)

Assembleia da República

Inovar no setor público

## **TERRORISMO**

[Aviso n.º 85/2015 - Diário da República n.º 244/2015, Série I de 2015-12-15](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Protocolo à Convenção Europeia para a Repressão do Terrorismo, adotado em Estrasburgo, em 15 de maio de 2003

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

 TMT

[5.º Relatório de implementação da Diretiva Postal](#)

Relatório da Comissão Europeia sobre implementação da Diretiva Postal na União Europeia.  
15.12.2015

[Acordo sobre Diretiva que reforça cibersegurança](#)

Primeira legislação a nível da União Europeia para proteger os sistemas de informação.  
16.12.2015 - Atualizado em 17.12.2015

## UNIÃO EUROPEIA

 JORNAL OFICIAL DA UE

### ATOS LEGISLATIVOS

#### Fiscalidade

Diretiva (UE) 2015/2376 do Conselho, de 8 de dezembro de 2015, [que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade](#)

### ATOS NÃO LEGISLATIVOS

#### Abuso de Mercado

Diretiva de Execução (UE) 2015/2392 da Comissão, de 17 de dezembro de 2015, relativa ao Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à [comunicação, às autoridades competentes, de informações sobre infrações efetivas ou potenciais a esse regulamento](#)

#### Contabilidade

Regulamento (UE) 2015/2343 da Comissão, de 15 de dezembro de 2015, [que altera o Regulamento \(CE\) n.º 1126/2008, que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento \(CE\) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito às normas internacionais de relato financeiro 5 e 7 e às normas internacionais de contabilidade 19 e 34](#)

Regulamento (UE) 2015/2406 da Comissão, de 18 de dezembro de 2015, [que altera o Regulamento \(CE\) n.º 1126/2008, que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento \(CE\) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à norma internacional de contabilidade 1](#)

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

---

Contratos Públicos

Regulamento (UE) 2015/2340 da Comissão, de 15 de dezembro de 2015, [que altera a Diretiva 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos](#)

Regulamento (UE) 2015/2341 da Comissão, de 15 de dezembro de 2015, [que altera a Diretiva 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos](#)

Regulamento (UE) 2015/2342 da Comissão, de 15 de dezembro de 2015, [que altera a Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos](#)

Financeiro

Regulamento de Execução (UE) 2015/2344 da Comissão, de 15 de dezembro de 2015, [que estabelece normas técnicas de execução no que respeita às moedas com restrições em matéria de disponibilidade de ativos líquidos em conformidade com o Regulamento \(UE\) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

Fiscalidade

Regulamento de Execução (UE) 2015/2378 da Comissão, de 15 de dezembro de 2015, [que fixa as normas de execução de certas disposições da Diretiva 2011/16/UE do Conselho relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade e que revoga o Regulamento de Execução \(UE\) n.º 1156/2012](#)

 **COMISSÃO EUROPEIA**

[Maximizar o contributo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para as prioridades da Comissão](#)

A Comissão adotou a Comunicação sobre o contributo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) para a estratégia de crescimento da UE, o Plano de Investimento e as Prioridades da Comissão para a década.

[Acordo sobre reforma da proteção de dados na UE proposta pela Comissão estimula mercado único digital](#)

A Comissão Europeia propôs a reforma da proteção de dados na UE em 2012, para que a Europa se pudesse adaptar melhor à era digital (IP/12/46).

[Uma guarda europeia costeira e de fronteiras para proteger as fronteiras externas da Europa](#)

A Comissão Europeia adotou um importante conjunto de medidas destinadas a gerir as fronteiras externas da UE e a proteger o Espaço Schengen sem fronteiras internas. As propostas apresentadas contribuirão para gerir mais eficazmente os fluxos migratórios, melhorar a segurança interna da União Europeia e garantir o princípio da livre circulação de pessoas.

**Consulta pública**

Cibersegurança

[Consulta pública sobre a parceria público-privada contratual em matéria de cibersegurança e eventuais medidas de acompanhamento](#)

18.12.2015 – 11.03.2016

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

Direitos Fundamentais, Ambiente, Financeiro

[Consulta pública sobre investimentos a longo prazo e sustentáveis](#)

18.12.2015 – 23.03.2016



**PARLAMENTO EUROPEU**

[Abertura da sessão: Presidente do Parlamento Europeu saúda acordo sobre o clima em Paris](#)

Este acordo "será um ponto de viragem para o futuro do nosso planeta", disse Martin Schulz. "Temos de zelar para que seja implementado na prática", apelou à UE e aos líderes mundiais.

[Parlamento Europeu quer Península Ibérica ativa no mercado interno da eletricidade](#)

O Parlamento Europeu defendeu a importância de permitir a plena participação da Península Ibérica no mercado interno da eletricidade. Um mercado interno da eletricidade plenamente integrado aumentaria a segurança e reduziria a volatilidade dos preços, em benefício dos cidadãos e da competitividade das empresas, uma vez que se estima que a poupança para os consumidores poderia atingir entre 12 a 40 mil milhões de euros por ano em 2030, dizem os eurodeputados.

[Estados-Membros devem partilhar informação sobre tributação das empresas, defendem os eurodeputados](#)

A Comissão Europeia estima que a evasão fiscal custe cerca de 1 bilião de euros em perdas fiscais à UE por ano. O escândalo "Luxleaks" mostrou que, por vezes, os Estados-Membros atraem as multinacionais com acordos fiscais vantajosos. Os eurodeputados já tinham aprovado um relatório da comissão especial sobre as decisões fiscais antecipadas sobre este tipo de práticas. Quarta-feira, foi votado um outro relatório onde exigem medidas para limitar a concorrência fiscal entre os países da UE.

[Práticas fiscais agressivas: Parlamento Europeu dá prazos à Comissão para apresentar propostas legislativas](#)

O Parlamento Europeu quer que a Comissão apresente várias propostas legislativas que assegurem a transparência, a coordenação e a convergência das políticas de tributação das sociedades na UE. O executivo comunitário tem três meses para responder ao relatório de "iniciativa legislativa" aprovado pelo Parlamento. Caso decida não apresentar legislação nestas matérias, terá de explicar os motivos para tal.

[Dieselgate: Parlamento Europeu cria comissão de inquérito sobre medição das emissões no setor automóvel](#)

O Parlamento Europeu decidiu hoje constituir uma comissão de inquérito para analisar alegações de infração ou de má administração na aplicação do direito da UE sobre a medição das emissões no setor automóvel.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

## CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

[Conclusões do Conselho sobre o relatório anual de 2015 sobre as políticas da UE em matéria de desenvolvimento e de ajuda externa e respetiva execução em 2014](#)

Em 14 de dezembro de 2015, o Conselho adotou conclusões sobre o relatório anual de 2015 sobre as políticas da UE em matéria de desenvolvimento e de ajuda externa e respetiva execução em 2014.

[Legislar melhor: Conselho aprova acordo com o Parlamento Europeu e a Comissão](#)

O Conselho aprovou o acordo interinstitucional "Legislar melhor".

[Proteção dos segredos comerciais: Presidência luxemburguesa alcança acordo com o Parlamento](#)

Acordo entre a Presidência luxemburguesa e o Parlamento sobre a proteção dos segredos comerciais e das informações comerciais das empresas da UE

[Primeiras conclusões do Conselho sobre a 10.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio](#)

EM 15 de dezembro de 2015, o Conselho adotou as suas primeiras conclusões sobre a 10.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio.

[Emissões nacionais de poluentes atmosféricos: Conselho adota a sua posição sobre os novos limites](#)

O Conselho chegou a acordo sobre uma orientação geral para as negociações com o Parlamento Europeu sobre uma diretiva relativa à redução das emissões nacionais de certos poluentes.

[Conclusões do Conselho Europeu, 17-18 de dezembro de 2015](#)

Na reunião de dezembro, os dirigentes da UE centraram-se em questões relacionadas com a migração, a luta contra o terrorismo, o relatório dos cinco Presidentes sobre a União Económica e Monetária, a realização do mercado único e os planos do Reino Unido para a realização de um referendo.

---

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: [plmjlaw@plmj.pt](mailto:plmjlaw@plmj.pt).

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano  
*The Lawyer European Awards, 2015-2012*

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano  
*Who's Who Legal, 2015, 2011-2006*  
*Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009*

 Top50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa  
*Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2014-2011*